autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Presidente Vereador João Ananias e vice Major Palumbo

Nobres Membros da Comissão:

- Vereador André Santos (REPUBLICANOS)
- Vereadora Dra. Jane Lima (PODE)
- Vereadora Keit Lima (PSOL)
- Vereador Marcelo Messias (MDB)
- Vereador Silvinho Leite (UNIÃO)

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Convocação de Audiência Pública para debate e fiscalização da execução orçamentária da gestão das políticas culturais, com ênfase no desmonte dos editais de fomento, esvaziamento do Fundo Municipal de Cultura e paralisação dos repasses para o Hip Hop, Capoeira e periferias (2017-2026).

Na qualidade de jurista especializado em políticas culturais e com base no relatório técnico de leitura cidadã do orçamento público (*Orçamento da Cultura em São Paulo 2017-2026 - Hip Hop, Capoeira e Periferias*), protocolado com base em dados oficiais do Sistema SOF (Secretaria Municipal da Fazenda/SEPLAN) e do Tribunal de Contas do Municipio de São Paulo (TCM-SP), requeiro a Vossa Excelência a realização de **Audiência Pública** no âmbito desta Comissão de Finanças e Orçamento.

I. DA JUSTIFICATIVA E DOS FATOS (O ABISMO ENTRE O PAPEL E O BOLSO)

A análise detida da execução orçamentária municipal revela um cenário de grave descompasso institucional entre as promessas legislativas aprovadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) e a efetiva entrega de recursos à ponta, em especial aos territórios periféricos e às manifestações culturais históricas da cidade de São Paulo.

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

- **Encolhimento Relativo da Cultura:** Embora o orçamento total pago pela Prefeitura tenha saltado de R$ 49,0 bilhões em 2017 para R$ 116,8 bilhões em 2025 (alta nominal de 138%), a participação da Função Cultura caiu de 1,07% para 0,95% do total pago, atingindo o patamar crítico de 0,72% em setembro de 2026.
- **O Apagão de 2026 e o Decreto nº 65.010/2026:** Em março de 2026, a publicação do Decreto nº 65.010/2026 promoveu o cancelamento de R$ 70,6 milhões dos R$ 72,5 milhões inicialmente previstos para o Fundo Municipal de Cultura, reduzindo a principal linha de editais da cidade (Fomento às Linguagens Artísticas) a pífios R$ 60,2 mil, o equivalente a uma aniquilação de 99,9% da dotação.
- **Hip Hop e Capoeira — A Política sem Execução:**
    - Nos programas de Hip Hop (Mês do Hip Hop e Território Hip Hop), o padrão histórico comprova que de cada R$ 100 previstos em lei entre 2021 e 2025, apenas R$ 53 foram efetivamente pagos. Em 2018 e no ano corrente de 2026, a execução financeira registrou taxa zero de pagamento, somando-se à ausência crônica de rubricas próprias para as Casas de Hip Hop.
    - A Capoeira, patrimônio cultural imaterial, acumulou seis anos consecutivos de execução zerada entre 2017 e 2022, sofrendo com dotações simbólicas e o não cumprimento de promessas estruturantes como o Museu Municipal da Capoeira.
- **Concentração Territorial:** Os empenhos da Secretaria Municipal de Cultura em 2025 demonstram uma assimetria regional profunda, concentrando na Subprefeitura da Sé (Centro) o montante de R$ 217,8 milhões — valor superior a toda a região Norte (R$ 134,8 mi) e quase 2,4 vezes o total destinado à região Oeste (R$ 90,7 mi).

II. DOS REQUERIMENTOS E CONVIDADOS

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

Diante da configuração de desrespeito institucional ao setor cultural e à própria Câmara Municipal conforme apontado por entidades representativas e órgãos de classe , requer-se:

1. **A aprovação e agendamento** da presente Audiência Pública em caráter de urgência.
2. **A convocação formal** do(a) titular da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) para prestar esclarecimentos pormenorizados acerca da não execução dos R$ 37,1 milhões em fomentos no exercício de 2025 e os impactos do Decreto nº 65.010/2026.
3. **O convite aos representantes** do Fórum Hip Hop MSP, do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo (Sated-SP), Forum da Capoeira MSP e demais coletivos de capoeira e cultura periférica.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

São Paulo, 5 de outubro de 2026.

Forum Hip Hop MSP

Rapper Pirata

11 982162160

https://www.forumhiphopmsp.com.br

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA · CIDADE DE SÃO PAULO

O orçamento que não chega à periferia

Execução do orçamento da cultura da cidade de São Paulo, 2017–2026: valores empenhados e pagos, com foco em Hip Hop, Capoeira e políticas culturais de periferia

Relatório técnico de leitura cidadã do orçamento público

Fontes: Secretaria Municipal da Fazenda / SEPLAN (Sistema SOF) · TCM-SP (Sistema IRIS) · Fórum Hip Hop MSP · Câmara Municipal de São Paulo

Dados extraídos da base oficial consolidada em 01/10/2026 · Elaborado em outubro de 2026

forumhiphopmsp.com.br

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

Sumário

Sumário executivo — o que os números mostram 3

1. Como ler o orçamento: do papel ao bolso de quem faz cultura 5

2. O orçamento da cidade, 2017–2026 6

3. A Função Cultura: cresce no papel, encolhe na fatia 7

4. A Secretaria Municipal de Cultura 9

5. Hip Hop: a política que não sai do papel 11

6. Capoeira: patrimônio sem execução 14

7. Periferias: para onde vai (e não vai) o dinheiro 15

8. 2026: o ano da paralisação 17

9. Conclusões e caminhos 19

10. Metodologia e fontes 20

Referências 21

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

Sumário executivo — o que os números mostram

Este relatório acompanha, ano a ano, de 2017 a 2026, o caminho do dinheiro público destinado à cultura na cidade de São Paulo: o que foi **orçado** (prometido na lei), o que foi **empenhado** (reservado) e o que foi efetivamente **pago** — com olhar especial para o Hip Hop, a Capoeira e as políticas culturais das periferias. Todos os valores vêm de fontes oficiais: a base de execução orçamentária do Sistema SOF (Secretaria da Fazenda/SEPLAN), a mesma que alimenta o sistema IRIS do Tribunal de Contas do Município (TCM-SP), e os relatórios do Fórum Hip Hop MSP protocolados na Câmara Municipal.[1][3][4]

R$ 49 bi → R$ 117 bi

O total**pago** pela Prefeitura cresceu deR$49,0 bilhões (2017) para R$ 116,8 bilhões (2025) — alta nominal de **138%**. O bolo da cidade mais que dobrou.

1,07% → 0,95%

Afatiada **FunçãoCultura** nototal pago pela cidade **caiu**: era 1,07% em 2017 e foi a 0,95% em 2025. Em 2026 (até setembro), está em 0,72%. O orçamento da cultura cresce em números absolutos, mas **perde espaço relativo** dentro da cidade.

53%

Hip Hop, 2021–2025: de cada R$ 100 previstos em lei para os programas de Hip Hop, só **R$ 53 foram pagos** (R$ 34,63 mi previstos; R$ 21,20 mi empenhados; R$ 18,28 mi pagos — levantamento do Fórum Hip Hop MSP; cálculo sobre a base SOF confirma o mesmo padrão).[4]

R$ 0,00

Foio que osprogramas de Hip Hop (**Mês do Hip Hop** e **Território Hip Hop**) receberam de **pagamento em 2026 até setembro**, apesar de R$ 4,75 milhões previstos — e de R$ 5,1 milhões previstos em 2018, ano em que a execução também foi zero. As **Casas de Hip Hop** nunca tiveram rubrica orçamentária própria executada.

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

-99,9%

Emmarço de 2026, o Decreto nº 65.010/2026 cancelou **R$ 70,6 milhões** dos R$ 72,5 milhões do Fundo Municipal de Cultura: o Fomento às Linguagens Artísticas — principal linha de editais — ficou com **R$ 60,2 mil** no ano. A base oficial registra a redução de 100% da dotação.[5][1]

Em uma frase: a cidade gasta cada vez mais no total e até gasta mais com cultura em valores absolutos — mas a parte da cultura encolhe proporcionalmente, e dentro dela quem fica por último na fila do pagamento é justamente a cultura feita nas periferias: Hip Hop, Capoeira e os editais de fomento que chegam aos territórios.

Principais achados

1. Entre 2017 e 2025, a despesa paga pelo município saltou de R$ 49,0 bi para R$ 116,8 bi; a Função Cultura, de R$ 523 mi para R$ 1.115 mi. Crescimento real da cultura existe, mas é **menor que o da cidade** — a fatia caiu de 1,07% para 0,95% do total pago.

2. A Secretaria Municipal de Cultura (SMC) pagou R$ 888,6 mi em 2025 — recorde nominal —, mas isso representa apenas **0,76% do total pago pela cidade**. Em 2010, a fatia era 0,837%; em 2021, afundou a 0,50%.[6]

3. Há um **abismo sistemático entre prometer e pagar**: a Função Cultura pagou 69% do orçado em 2017 e 77% em 2021; nos programas de Hip Hop, a taxa de pagamento sobre o previsto ficou em torno de 50% em 2021–2025; no Fomento à Cultura da Periferia, chegou a 15% em 2021.

4. 2018 é o ano-símbolo do apagão: R$ 5,1 milhões previstos para ações de Hip Hop (Mês, Território, Casas) e execução de R$ 0,00 — nem empenhado, nem pago.

5. Capoeira: a "Casa da Capoeira" aparece orçada em 2017 (R$ 300 mil), 2019 (R$ 300 mil) e 2020 (R$ 856 mil) sem nunca ser executada; o "Museu Municipal da Capoeira" teve R$ 3 mi em 2023 e R$ 0 executado. Em 2022, cinco ações de capoeira receberam dotação simbólica de R$ 1.000.

6. Onde o dinheiro da SMC de fato circula: em 2025, a região da **Sé/Centro concentrou R$ 217,8 mi** em empenhos — mais que toda a região Norte (R$ 134,8 mi) e quase 2,4 vezes a Oeste (R$ 90,7 mi).

7. Em 2025, 13 dos 15 programas de fomento executaram menos que o previsto: dos R$ 159,7 mi previstos, R$ 37,1 mi não foram empenhados — os mais afetados foram a Lei de Fomento à Dança, o Reggae e as Linguagens Artísticas.[5]

8. Recursos federais da Lei Paulo Gustavo (R$ 23 mi recebidos em dez/2023) correram risco de devolução: até maio/2025 só R$ 13,41 mi haviam sido executados, segundo ofício do Fórum Hip Hop MSP.[4]

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

1. Como ler o orçamento: do papel ao bolso de quem faz cultura

O orçamento público tem três estágios, e a diferença entre eles é o coração deste relatório:

> **ORÇADO (LOA)** — o valor que a Câmara Municipal aprova na Lei Orçamentária Anual. É a **promessa**: "este ano vamos gastar até X com isso".
>
> **EMPENHADO** — a Prefeitura reserva o dinheiro e assume a obrigação (contrato assinado, edital contratado). É o "dinheiro comprometido".
>
> **LIQUIDADO** — o serviço foi prestado ou o bem entregue e a Prefeitura confirma que deve pagar.
>
> **PAGO** — o dinheiro finalmente sai do cofre e chega a quem executou: o grupo de Hip Hop, a roda de capoeira, o produtor cultural da periferia.

Quando um edital é anunciado mas o empenho não sai — ou o empenho sai em dezembro e o pagamento fica para o ano seguinte (os chamados "restos a pagar") —, a política cultural **existe no discurso e na lei, mas não na vida dos territórios**. É por isso que este relatório compara sempre os três estágios: o que conta, para quem faz cultura, é o **pago**.

> **Duas leituras importantes antes dos gráficos:**
>
> (i) os valores são **nominais** (sem correção pela inflação). A inflação acumulada entre 2017 e 2025 foi da ordem de 50% — ou seja, parte do crescimento em R$ apenas repõe preços; e
>
> (ii) o "pago" de cada ano inclui pagamentos de restos a pagar de exercícios anteriores — por isso, em anos como 2019 e 2024, o pago pode se aproximar ou superar a dotação inicial. Isso não muda o padrão central: a distância entre o prometido e o pago se repete ano após ano, e é maior justamente nos programas de cultura periférica.

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

2. O orçamento da cidade, 2017–2026

A cidade de São Paulo executa o maior orçamento municipal do país. Entre 2017 e 2025, a despesa **empenhada** passou de R$ 51,4 bilhões para R$ 123,6 bilhões, e a **paga**, de R$ 49,0 bilhões para R$ 116,8 bilhões — crescimento nominal de cerca de 138% e 140%, respectivamente. Mesmo descontada a inflação do período, trata-se de um crescimento real robusto: a máquina pública paulistana ficou significativamente maior. É contra esse pano de fundo — uma cidade que gasta cada vez mais — que devem ser lidos os números da cultura nas próximas seções.

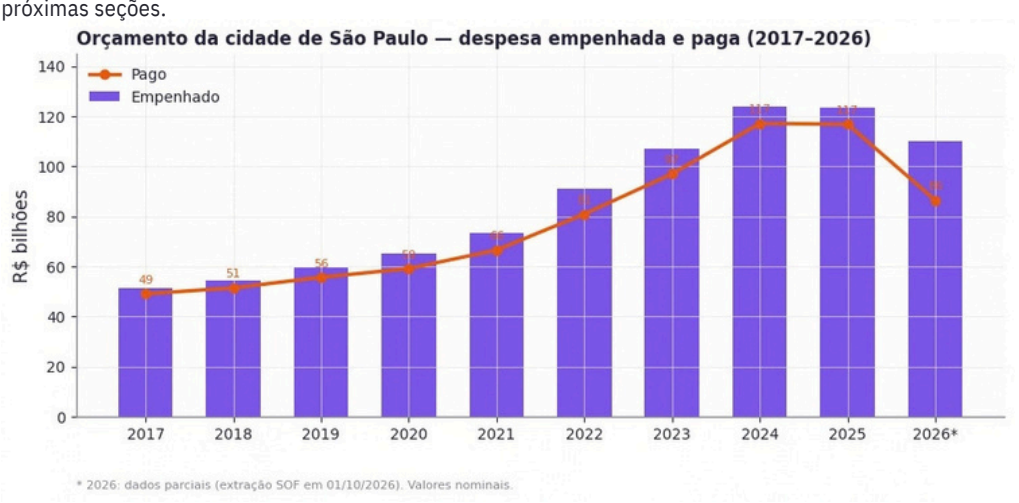


Figura 1. Despesa empenhada e paga pelo município de São Paulo, 2017–2026 (valores nominais). *2026: parcial, até set/2026. Fonte: elaboração própria sobre a base consolidada SOF/SEPLAN-SMF.[1]

Tabela 1. Execução da despesa total do município de São Paulo (R$ bilhões, valores nominais)

Ano	Orçado (LOA)	Empenhado	Liquidado	Pago	Pago / Orçado
2017	54,69	51,41	49,33	48,99	90%
2018	56,37	54,16	51,83	51,38	91%
2019	60,56	59,39	55,86	55,61	92%
2020	68,99	64,92	59,59	59,11	86%
2021	67,96	73,42	66,76	66,49	98%
2022	82,76	91,09	81,30	80,88	98%
2023	95,88	106,83	98,30	96,92	101%
2024	111,85	123,91	117,33	117,0	105%
2025	125,65	123,57	117,01	7	93%
2026	137,40	109,96	89,64	116,8	63%
*				0	
				86,39	

* 2026: dados parciais (extração de 01/10/2026). Em alguns anos o empenhado/pago supera a dotação inicial da LOA porque incorpora créditos suplementares abertos ao longo do ano e o pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores. Fonte: base de execução orçamentária consolidada, Sistema SOF (SMF/SEPLAN), mesma base que alimenta o IRIS/TCM-SP.[1][3]

forumhiphopmsp.com.br

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

3. A Função Cultura: cresce no papel, encolhe na fatia

A "Função Cultura" é a classificação oficial que reúne tudo o que o município gasta com cultura em **todas** as secretarias — inclui a SMC, mas também a Fundação Theatro Municipal, ações culturais de outras pastas e os fundos setoriais. É o número que os governos costumam apresentar quando dizem que "a cultura tem mais de 1% do orçamento".[6]

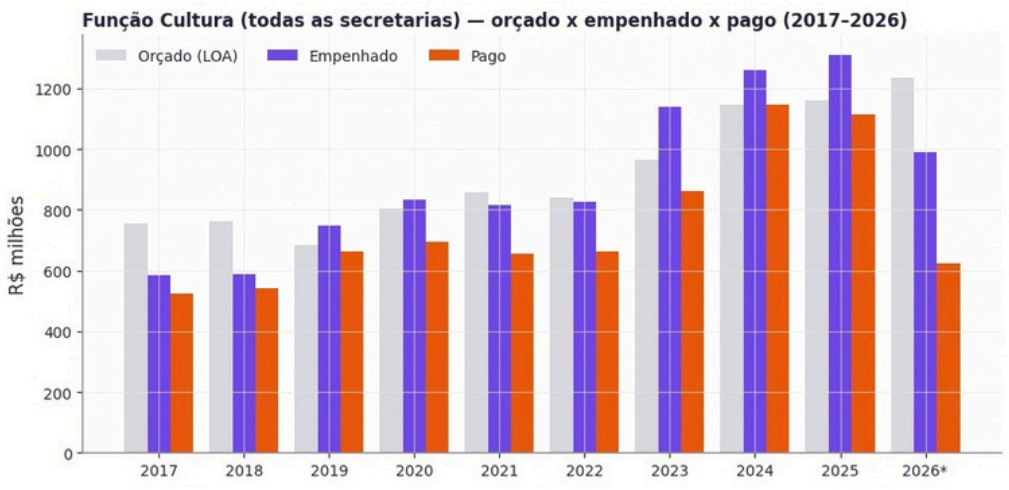


Figura 2. Função Cultura: orçado x empenhado x pago, 2017–2026 (R$ milhões nominais). Fonte: base SOF.[1]

Tabela 2. Função Cultura do município de São Paulo (R$ milhões, valores nominais)

Ano	Orçado (LOA)	Empenhado	Liquidado	Pago	Pago / Orçado	% do total pago pela cidade
2017	754,0	585,6	541,7	523,2	69%	1,07%
2018	761,0	588,5	545,3	540,3	71%	1,05%
2019	683,9	746,9	668,5	662,6	97%	1,19%
2020	805,6	834,6	723,6	693,8	86%	1,17%
2021	858,6	816,1	666,7	656,9	77%	0,99%
2022	841,0	824,7	680,4	661,1	79%	0,82%
2023	963,8	1.138,0	886,6	861,9	89%	0,89%
2024	1.147,5	1.259,7	1.160,4	1.145,4	100%	0,98%
2025	1.160,5	1.310,3	1.127,2	961,3	96%	0,95%
2026*	1.235,7	989,3	675,3	622,6	50%	0,72%

* 2026: parcial (extração de 01/10/2026). A coluna final mostra a participação da Função Cultura no total pago pelo município em cada ano. Fonte: base SOF.[1]

forumhiphopmsp.com.br

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

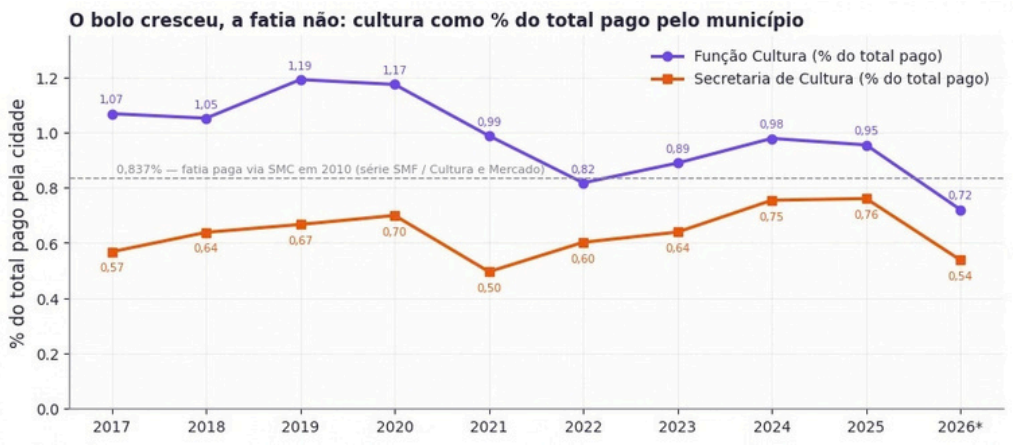


Figura 3. Participação da Função Cultura no total pago pelo município, 2017–2026. A linha tracejada marca 1%. Fonte: base SOF.[1]

Cresce no papel...

Em valores absolutos, a cultura de fato ficou maior: a dotação inicial da Função Cultura passou de R$ 754,0 mi em 2017 para R$ 1.235,7 mi em 2026 (+64%), e o valor pago saiu de R$ 523,2 mi (2017) para R$ 1.115,3 mi (2025) — mais que dobrou. A taxa de pagamento sobre o orçado também melhorou nos anos recentes: de 69% em 2017 e 77% em 2021 para 96% em 2025 e 100% em 2024. É esse número — "a cultura nunca recebeu tanto" — que costuma aparecer nos discursos oficiais.

...encolhe na fatia

Mas a cidade cresceu mais. Como mostra a última coluna da Tabela 2, a participação da cultura no total pago **caiu de 1,07% (2017) para 0,95% (2025)**, depois de afundar a 0,82% em 2022. O melhor ano da série é 2019 (1,19%) — e nunca mais a cultura voltou a esse nível. Em 2026, até setembro, a fatia é de apenas 0,72%.

> **O que significa esse encolhimento em dinheiro?** Se em 2025 a cultura tivesse mantido a participação de 2019 (1,19%), teriam sido pagos cerca de R$ 1,39 bilhão — **R$ 275 milhões a mais** num único ano. Cada 0,1 ponto percentual do orçamento pago da cidade equivale, em 2025, a aproximadamente R$ 117 milhões — quase cinco vezes tudo o que os programas de Hip Hop receberam em cinco anos.

Há ainda um debate conceitual importante: a "Função Cultura" inclui despesas que não passam pela Secretaria Municipal de Cultura. Quando o poder público afirma que "a cultura já tem 1% do orçamento", responde o setor, usa-se o guarda-chuva mais largo possível — enquanto a secretaria, onde estão os fomentos e os programas que chegam à ponta, fica com bem menos.[6] Os movimentos culturais reivindicam há anos um piso de **2% a 3% do orçamento** para a área — patamar muito distante do observado em toda a série.[6]

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

4. A Secretaria Municipal de Cultura

Se a Função Cultura é o guarda-chuva, a **Secretaria Municipal de Cultura (SMC)** é onde estão os programas que chegam aos fazedores de cultura: os editais de fomento (teatro, dança, música, circo, forró, VAI), os equipamentos territoriais (Casas de Cultura, Centros Culturais, bibliotecas, teatros distritais) e os programas formativos (Vocacional, EMIA). É aqui que se mede a política cultural "na ponta".

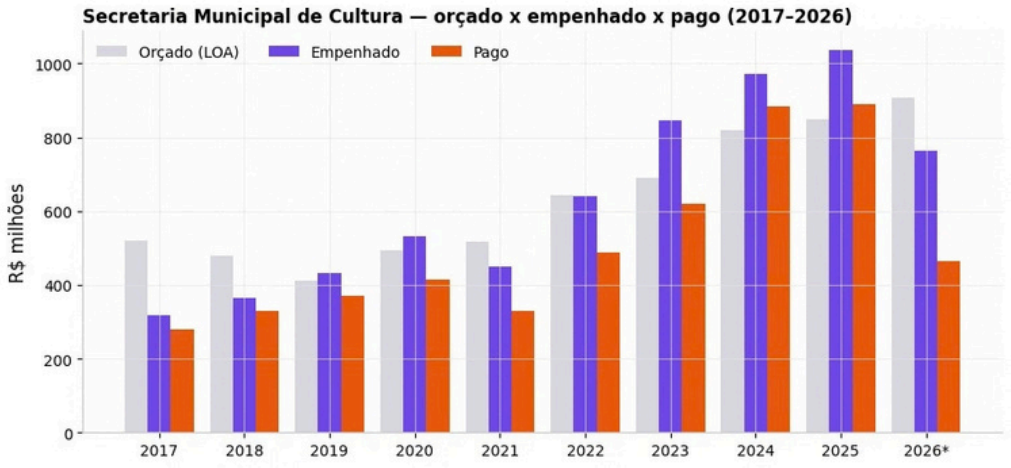


Figura 4. Secretaria Municipal de Cultura: orçado x empenhado x pago, 2017–2026 (R$ milhões nominais). Fonte: base SOF. [1]

Tabela 3. Secretaria Municipal de Cultura (R$ milhões, valores nominais)

Ano	Orçado (LOA)	Empenhado	Pago	% do total pago pela cidade
2017	518,7	318,6	278,	0,57%
2018	478,2	365,2	2	0,64%
2019	412,3	433,4	328,	0,67%
2020	492,7	531,4	0	0,70%
2021	518,5	449,0	370,	0,50%
2022	643,4	641,2	9	0,60%
2023	688,9	846,7	413,	0,64%
2024	818,1	971,8	5	0,75%
2025	848,4	1.036,3	329,	0,76%
2026	906,2	763,9	6	0,54%
*			487,	
			2	
			619,	
			7	
			883,	
			1	
			828,	
			6	

* 2026: parcial (extração de 01/10/2026). Valores de empenho e pagamento incluem restos a pagar de exercícios anteriores. Fonte: base SOF; valores conferem com o painel oficial de execução da própria SMC.[1][2]

forumhiphopmsp.com.br

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

Recorde nominal, participação ainda baixa

A SMC pagou **R$ 888,6 milhões em 2025** — o maior valor nominal da série —, mas isso corresponde a apenas **0,76% de tudo o que a cidade pagou**. Para efeito de comparação histórica: em 2010, a secretaria respondeu por **0,837%** do orçamento municipal — ou seja, quinze anos depois, mesmo com o "recorde", a cultura ainda não recuperou a participação relativa que tinha no início da década de 2010.[6] O fundo do poço foi 2021: R$ 329,6 mi pagos, 0,50% do total — ano em que a pandemia fechou os equipamentos culturais e, ainda assim, a cidade executou 98% do seu orçamento geral.

O ano de 2017, primeiro da série, já mostra o mecanismo em ação: a LOA destinou R$ 518,7 mi à secretaria, mas só R$ 318,6 mi foram empenhados e R$ 278,2 mi pagos (54% do orçado) — reflexo do amplo contingenciamento aplicado à pasta naquele exercício, que o setor cultural denominou de "desmonte".[6]

Para onde vai o dinheiro da secretaria

Boa parte do orçamento da SMC financia estruturas permanentes e de grande porte — teatros municipais, fundações, grandes eventos e a máquina administrativa — cuja execução é regular. Os programas de **fomento direto e territorial** (os editais por linguagem, o VAI, os programas de periferia e os dedicados ao Hip Hop e à Capoeira) são uma parcela pequena do bolo — e, como veremos a seguir, é exatamente essa parcela que concentra os atrasos, os contingenciamentos e as execuções zeradas. O levantamento do Fórum Hip Hop MSP registra o contraste em 2026: pagamentos zerados para todos os programas de Hip Hop no primeiro trimestre "em nítido contraste com o fluxo regular de repasses para grandes teatros e fundações".[4]

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

5. Hip Hop: a política que não sai do papel

São Paulo é a capital brasileira do Hip Hop — movimento nascido nas periferias da cidade, patrimônio cultural imaterial do Estado de São Paulo (Lei estadual nº 498/2021) e motor de formação de juventudes em todos os territórios. A política municipal de Hip Hop se organiza hoje em quatro frentes, segundo a própria Prefeitura: **Mês do Hip Hop** (calendário anual de programação), **Território Hip Hop** (formação artística continuada com polos regionais), **Casas de Hip Hop** (equipamentos públicos dedicados) e **Núcleo Hip Hop** (coordenação interna da SMC).[4]

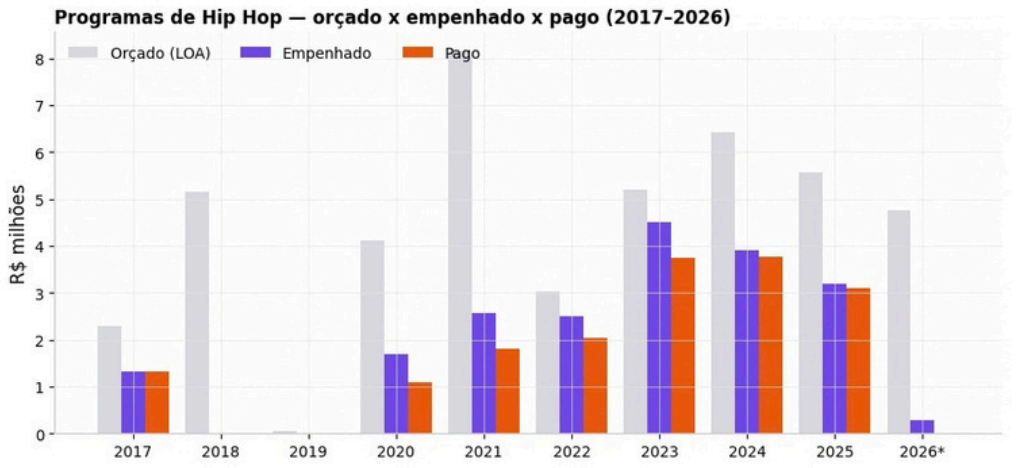


Figura 5. Ações orçamentárias identificadas como Hip Hop (Mês do Hip Hop, Território/Vocacional Hip Hop, Semana do Hip Hop, Casas de Hip Hop e afins): orçado x empenhado x pago, 2017–2026. Fonte: elaboração própria sobre a base SOF.[1]

5.1 O padrão que se repete

2018 — o apagão completo. A LOA previu R$ 5,1 milhões para ações de Hip Hop (Mês do Hip Hop, Território Hip Hop, duas Casas de Hip Hop e reformas). Execução: **R$ 0,00 empenhados, R$ 0,00 pagos**. A lei prometeu; a cidade não viu um real.

2019 — o ano sem Mês do Hip Hop. Apenas R$ 51 mil orçados no ano inteiro para todo o universo Hip Hop — e nada executado.

2021–2025 — metade do prometido. O levantamento do Fórum Hip Hop MSP sobre a série aponta R$ 34,63 mi previstos, R$ 21,20 mi empenhados (61%) e R$ 18,28 mi pagos (**53% do previsto**). Nosso cálculo independente sobre a base oficial SOF, somando todas as ações identificadas como Hip Hop, encontra o mesmo padrão: R$ 28,4 mi previstos, R$ 17,2 mi empenhados e R$ 14,5 mi pagos (51%).[4][1]

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

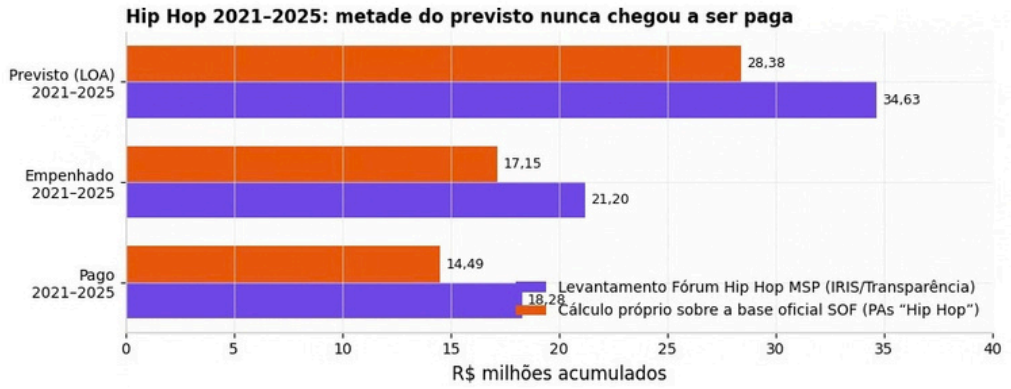


Figura 6. O funil do Hip Hop 2021–2025: do previsto ao pago, duas medições independentes convergem para a mesma conclusão — cerca de metade do que a lei destina ao Hip Hop nunca é paga. Fontes: Fórum Hip Hop MSP (2026)[4] e base SOF.[1]

Tabela 4. Detalhamento das principais ações de Hip Hop, 2024–2026 (R$)

Ano	Ação orçamentária	Orçado (LOA)	Empenhado	Pago
202	Mês do Hip Hop	4.420.000	3.805.800	3.772.34
4	Território Hip Hop (Vocacional Hip Hop)	2.000.000	95.000	0 0
202	Mês do Hip Hop	3.500.000	2.642.300	2.560.46
4	Território Hip Hop (Vocacional Hip Hop)	2.060.000	552.250	0
202	Mês do Hip Hop	2.650.000	200.000	547.800
5	Território Hip Hop (Vocacional Hip Hop)	2.100.000	74.702	0
202 5				0
202 6				
202 6				

2026: parcial (extração de 01/10/2026). O detalhamento mostra que o Mês do Hip Hop (programação de shows e atividades) executa razoavelmente bem, enquanto o Território Hip Hop — a frente de formação continuada, mais estruturante — é sistematicamente sacrificado: em 2024, dos R$ 2,0 mi orçados, empenharam-se R$ 95 mil e **não se pagou nada**. Fonte: base SOF.[1]

5.2 As Casas de Hip Hop que nunca saíram do papel

A frente mais emblemática da política é também a mais ausente do orçamento. As **Casas de Hip Hop** — equipamentos públicos descentralizados prometidos desde 2017 — **não aparecem como rubrica orçamentária autônoma em nenhum dos exercícios analisados**, permanecendo como reivindicação da sociedade civil e não como política efetivada, segundo o levantamento do Fórum Hip Hop MSP.[4] Em 2018, a LOA chegou a incluir a implantação de duas Casas de Hip Hop e reformas de espaços — dentro dos R$ 5,1 mi que tiveram execução zero. Em audiência pública de novembro de 2025, o próprio movimento passou a cobrar que a expressão do Hip Hop seja ao menos "marcada nas Casas de Cultura" já existentes, reconhecendo que isso "não acontece em todos os territórios".[4] O Núcleo Hip Hop, unidade de coordenação interna da SMC, opera sem dotação própria identificável — o que dificulta até mesmo rastrear sua atuação nos sistemas oficiais.[4]

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

5.3 Uma política sem lei própria

O relatório do Fórum identifica ainda uma fragilidade de base normativa: documentos do movimento referem-se recorrentemente à **Lei Municipal nº 17.719/2021** como o "marco legal" do Hip Hop — mas essa lei trata de matéria tributária (ISS, CPOM e correlatos), o que evidencia a **ausência de consolidação normativa específica** para a política municipal de Hip Hop.[4] Os projetos que tentam preencher esse vazio tramitam lentamente na Câmara: o **PL 560/2022** (fomento ao movimento Hip Hop, de autoria da então vereadora Juliana Cardoso com Luna Zarattini e Hélio Rodrigues) ainda não havia sido apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça em novembro de 2025; o **PL 289/2023** (apoio a pequenos criadores do Hip Hop, da vereadora Dra. Sandra Tadeu) recebeu parecer favorável da CCJ em setembro de 2023 e segue sem votação final; e o **PL 1169/2025**, que trata das Casas de Hip Hop, está em tramitação.[4] Sem lei específica, sem rubrica própria e sem dotação estável, a política fica inteiramente à mercê da discrição de cada gestão — e os números deste relatório mostram o resultado.

5.4 Nem o dinheiro federal escapa

O padrão se repete até com recursos vinculados da União. Em dezembro de 2023, a SMC recebeu **R$ 23 milhões da Lei Paulo Gustavo** (PNAB 1), acima do mínimo obrigatório de R$ 17.124.934,44. Segundo ofício do Fórum Hip Hop MSP de maio de 2025, os editais do programa Cultura Viva — destinação desses recursos — foram lançados apenas no final de 2024 e exclusivamente na modalidade de premiação, com baixa adesão; até a data do ofício, apenas **R$ 13,41 milhões haviam sido executados**, restando R$ 9.685.737,76 a aplicar até 30 de junho de 2025, sob risco de comprometer o recebimento de novos recursos federais (PNAB 2).[4]

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

6. Capoeira: patrimônio sem execução

A capoeira — patrimônio cultural imaterial do Brasil (IPHAN, 2008) e prática central das culturas negras e periféricas paulistanas — repete no orçamento municipal o mesmo roteiro do Hip Hop: dotações anunciadas, execução rarefeita.

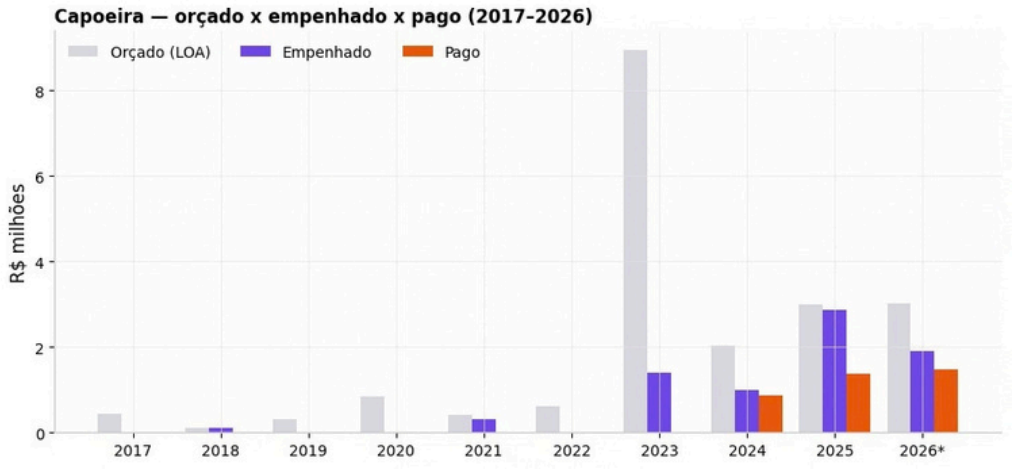


Figura 7. Ações orçamentárias identificadas como Capoeira: orçado x empenhado x pago, 2017–2026. Fonte: base SOF.[1]

O que os números dizem

2017–2022: quase nada sai do papel. Nesse período, as ações de capoeira somaram R$ 2,8 mi orçados e menos de R$ 0,5 mi empenhados; o valor **pago foi zero em todos os seis anos**. A "Casa da Capoeira" foi orçada três vezes (R$ 300 mil em 2017, R$ 300 mil em 2019, R$ 856 mil em 2020) e nunca executada. Em 2022, ações como "Casa da Capoeira", "Memorial Municipal da Capoeira" e "Semana da Capoeira" receberam dotação simbólica de **R$ 1.000 cada** — valor que só existe para manter a rubrica viva no papel.

2023: R$ 8,95 mi orçados, R$ 0 pagos. É o ano mais ilustrativo: o orçamento incluiu R$ 3 mi para o "Museu Municipal da Capoeira", R$ 3 mi para um torneio esportivo e R$ 2 mi para o Fomento à Capoeira. Empenharam-se R$ 1,4 mi; **não se pagou um real** em 2023.

2024–2026: melhora real, mas tardia e frágil. Com a criação da rubrica "Fomento e Difusão da Capoeira" (R$ 2– 3 mi/ano), a execução finalmente acontece: R$ 0,87 mi pagos em 2024, R$ 1,37 mi em 2025 e R$ 1,48 mi até set/2026. É a demonstração de que, quando existe rubrica estável e edital, o dinheiro chega — o problema nunca foi a demanda, e sim a estrutura orçamentária.

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

7. Periferias: para onde vai (e não vai) o dinheiro

O "Fomento à Cultura da Periferia de São Paulo" é a principal rubrica da SMC voltada diretamente aos territórios. A série 2020–2026 mostra o padrão já conhecido: **orçamento anual estável na casa dos R$ 14–16 mi, execução irregular**.

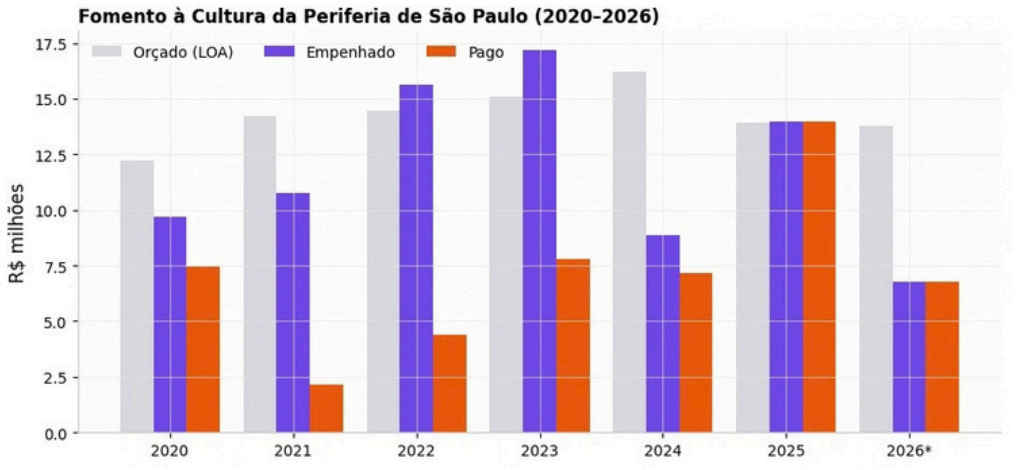


Figura 8. Fomento à Cultura da Periferia de São Paulo: orçado x empenhado x pago, 2020–2026. Fonte: base SOF.[1]

Em **2021**, dos R$ 14,2 mi orçados, só R$ 2,1 mi foram pagos (15%) — ano em que a periferia cultural mais sofria os efeitos da pandemia. Em 2022 e 2023, pagaram-se 30% e 52% do orçado. Somente em **2025** a rubrica executou 100% — mostrando, mais uma vez, que o gargalo não é a demanda dos territórios, e sim a capacidade/vontade de execução. Em 2026, até setembro, metade da dotação já foi paga.

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

O mapa do dinheiro

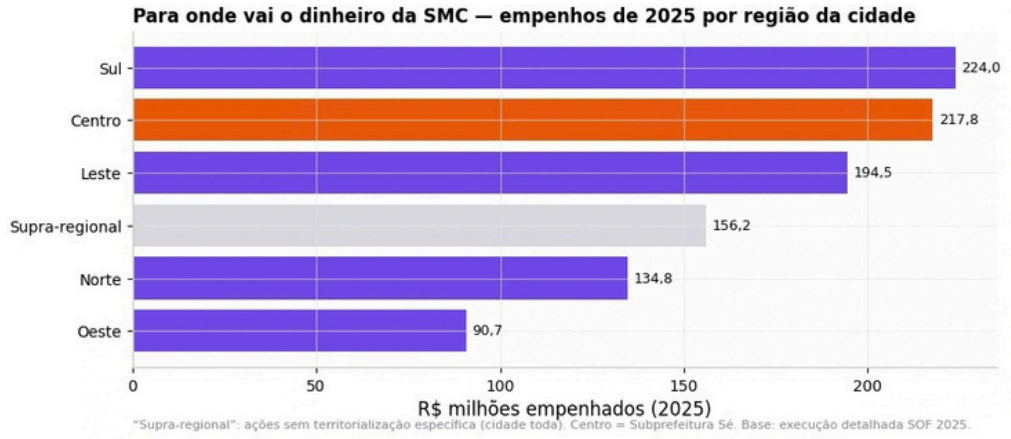


Figura 9. Empenhos da SMC em 2025 por região da cidade (base de execução detalhada SOF). "Supra-regional" reúne ações sem territorialização específica.[1]

Em 2025, a Subprefeitura da **Sé (Centro) concentrou R$ 217,8 mi** em empenhos da secretaria — valor maior que toda a região Norte (R$ 134,8 mi) e 2,4 vezes a região Oeste (R$ 90,7 mi). Entre as dez subprefeituras com mais empenhos, territórios periféricos extremos como Capela do Socorro (R$ 28,5 mi) e Freguesia/Brasilândia (R$ 25,5 mi) aparecem muito atrás das estruturas centralizadas. Parte dessa concentração é estrutural — os grandes equipamentos (Theatro Municipal, CCSP, salas de concerto) ficam no centro e na região Sul — mas é exatamente por isso que os programas territoriais de fomento são decisivos: são eles o contrapeso que leva recurso à ponta. Quando Hip Hop, capoeira e fomento à periferia executam 15% a 50% do previsto, o desequilíbrio territorial se consolida.

O fomento como espelho

O Informativo de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal apurou que, em 2025, dos **R$ 159,7 mi previstos para 15 modalidades de fomento, apenas R$ 122,6 mi foram empenhados** — R$ 37,1 mi deixaram de ser executados, com 13 dos 15 programas abaixo do planejado; os mais afetados foram a Lei de Fomento à Dança, o Fomento ao Reggae e o Fomento às Linguagens Artísticas.[5] Nossa leitura da base SOF confirma: Lei de Fomento à Dança pagou R$ 6,9 mi de R$ 16,1 mi orçados (43%); Fomento ao Forró pagou R$ 0,05 mi de R$ 3,2 mi (1,5%); Edital dos Artistas PcD, Fomento à Cultura Gorda e Fomento ao Teatro para Infância e Juventude tiveram execução zero.

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

8. 2026: o ano da paralisação

O exercício de 2026 condensou, em poucos meses, todos os padrões documentados neste relatório — em sua forma mais extrema.

8.1 O decreto que esvaziou o Fundo Municipal de Cultura

A LOA de 2026 aprovou **R$ 72,5 milhões para o Fundo Municipal de Cultura**, com o compromisso público do secretário de Cultura, Totó Parente — assumido em audiência de 13/11/2025 — de recompor 100% das verbas dos fomentos e implantar o "CPF da cultura" (Conselho, Plano e Fundo). A promessa durou pouco: o Informativo de Finanças e Orçamento da Câmara registra que a ilusão de implementação do Fundo "durou somente 72 dias".[7]

Em 13 de março de 2026, a Prefeitura publicou o **Decreto nº 65.010/2026**. O texto oficial abre um crédito suplementar de R$ 77,1 milhões para outras despesas — consultorias, premiações, audiovisual, manutenção de equipamentos — coberto principalmente com **R$ 70.647.056 retirados da dotação "Fomento às Linguagens Artísticas" do Fundo Municipal de Cultura** (órgão 79).[8] Na prática, a principal linha de editais da cidade caiu de R$ 70.707.320 para **R$ 60.264** — um corte de 99,9%.[5][7] A base oficial SOF registra a operação linha a linha: a redução orçamentária é exatamente igual à dotação original.[1]

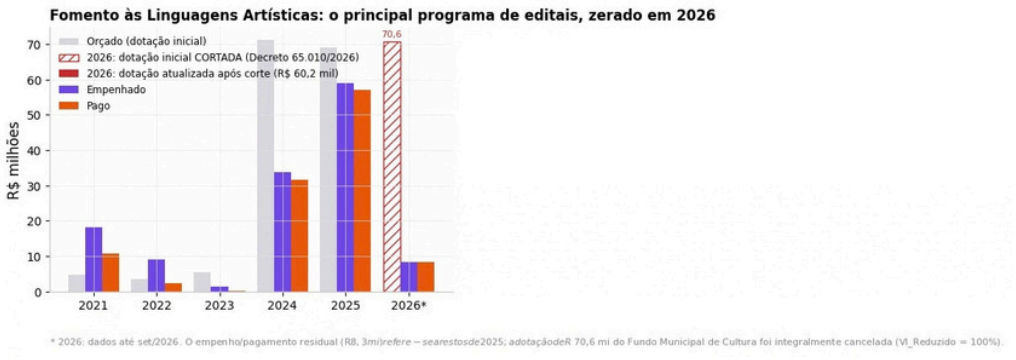


Figura 10. Fomento às Linguagens Artísticas em 2026: dotação aprovada na LOA x dotação após o Decreto nº 65.010/2026. Fonte: base SOF[1] e Decreto nº 65.010/2026.[8]

8.2 Hip Hop: execução zero no ano inteiro

O monitoramento do Fórum Hip Hop MSP registrou **execução financeira nula (0%) no primeiro trimestre de 2026** para todos os programas denominados "Hip Hop" — Mês, Território, Casas e Núcleo —, totalizando R$ 4,75 milhões retidos, "em nítido contraste com o fluxo regular de repasses para grandes teatros e fundações".[4] A extração oficial de outubro confirma o cenário até setembro: dos R$ 4,75 mi orçados, apenas R$ 274,7 mil foram empenhados e **R$ 0,00 foram pagos** (ver Tabela 4).[1]

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

8.3 A reação do setor

A redução motivou protestos no centro da capital no início de abril de 2026, em meio a outros episódios apontados pelo setor como desmonte — entre eles a demolição do Teatro de Contêiner, da Companhia Mungunzá, e a ameaça de despejo do Samba do Cruz, reduto histórico da cultura negra na Zona Norte.[5]

> *"O não cumprimento do orçamento aprovado para os programas de fomento à cultura no município de São Paulo, o não lançamento dos programas nos prazos previstos em lei não pode ser tratado como um detalhe técnico ou um mero ajuste de gestão (...) Sua não execução configura, portanto, não apenas uma falha administrativa, mas um desrespeito institucional tanto ao setor cultural quanto à própria Câmara Municipal."*
>
> — **Rudifran Pompeu**, presidente do Sated-SP (Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo).[5]

Os manifestantes também defendem o fomento como política econômica: **Olivia de Lucas**, do grupo Movimentos Culturais da Cidade de São Paulo (MCCSP), cita estudos que indicam que **cada real investido em cultura pode retornar R$ 1,60 aos cofres públicos** via impostos e serviços — e lembra que, nas periferias, o fomento público costuma ser a única fonte de financiamento dos coletivos, que não acessam mecanismos como a Lei Rouanet.[5] Na Câmara, o presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador João Ananias, protocolou requerimentos cobrando explicações formais sobre os R$ 37,1 mi não executados em 2025 e o corte de 2026; o prazo de resposta da SMC venceu no fim de março de 2026 sem esclarecimentos suficientes, abrindo caminho para a convocação do secretário.[5][7]

forumhiphopmsp.com.br

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

9. Conclusões e caminhos

O que dez anos de dados mostram

1. O bolo cresce, a fatia da cultura encolhe. A cidade pagou R$ 49,0 bi em 2017 e R$ 116,8 bi em 2025 (+138%); a Função Cultura passou de R$ 523 mi para R$ 1.115 mi no mesmo período — cresceu, mas menos que a cidade, caindo de 1,07% para 0,95% do total pago. A narrativa do "maior orçamento da história" convive com a menor prioridade relativa em uma década.

2. A promessa não vira pagamento — e a distância é maior na ponta. O abismo entre orçado e pago é um padrão estrutural, não um acidente de gestão: 0% para o Hip Hop em 2018 e 2026; ~53% em 2021–2025; 15% para o fomento de periferia em 2021; seis anos consecutivos de pagamento zero para a capoeira (2017–2022). Quando falta dinheiro — ou vontade —, quem fica por último na fila é sempre a cultura feita nos territórios.

3. 2026 provou que nem a lei garante. O Decreto nº 65.010/2026 retirou 97% da dotação do Fundo Municipal de Cultura três meses depois de aprovada — mostrando que, sem marco legal consolidado e sem mecanismos de proteção, o orçamento da cultura periférica pode ser desfeito por canetada.

Caminhos apontados pelo próprio setor

As reivindicações sistematizadas pelo Fórum Hip Hop MSP e pelos movimentos culturais são objetivas e verificáveis — e este relatório as confirma com dados oficiais:

(i) Marco legal consolidado: votar o PL 560/2022 e o PL 1169/2025 e esclarecer formalmente a base normativa da Política Municipal de Hip Hop, superando o equívoco da Lei nº 17.719/2021.[4]

(ii) Rubrica orçamentária própria: criar projeto/atividade autônomo para as Casas de Hip Hop e dotação identificável para o Núcleo Hip Hop — o que não existe em nenhum exercício da série.[4]

(iii) Transparência ativa: publicar, por exercício e em formato aberto, demonstrativo segmentado de previsão, empenho e pagamento de cada um dos quatro programas de Hip Hop, com o código de projeto/atividade correspondente no IRIS-TCM e no Portal da Transparência, permitindo conferência cruzada pela sociedade.[4]

(iv) Execução mínima com prazo: condicionar a aprovação de futuras peças orçamentárias (LDO 2027 / PL 299/2026) à prestação detalhada de contas da SMC, como já solicitado pelo Fórum à Comissão de Finanças e Orçamento.[4]

(v) Blindar o Fundo: implantar de fato o "CPF da cultura" (Conselho, Plano e Fundo) prometido em audiência pública, com controle social sobre os recursos, para que o Fundo Municipal de Cultura não volte a durar 72 dias.[7]

> **Para fechar:** orçamento é a tradução em números das escolhas de uma cidade. Uma São Paulo que se orgulha de ser a capital do Hip Hop, mas paga metade do que promete ao movimento e zera sua execução em dois anos da década, ainda não transformou o patrimônio das periferias em prioridade real. Os dados oficiais estão todos na mesa — e, a partir de agora, quem faz cultura sabe exatamente onde procurá-los.

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

10. Metodologia e fontes

Fonte primária

Todos os valores deste relatório vêm da **base consolidada de execução orçamentária do Sistema SOF** (Secretaria Municipal da Fazenda / Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência), publicada no portal de Execução Orçamentária da Prefeitura — a mesma base que alimenta o sistema **IRIS do Tribunal de Contas do Município (TCM-SP)**.[1][3] Utilizou-se o arquivo consolidado com extração de **01/10/2026**, que reúne os exercícios de 2003 a 2026 em um único padrão, com as colunas de dotação inicial (LOA), créditos suplementares e reduções, empenhado líquido, liquidado e pago.

Recortes

Os dados foram agregados em quatro níveis: **(1)** município (despesa total); **(2)** Função Cultura (classificação funcional que reúne a cultura em todas as secretarias); **(3)** Secretaria Municipal de Cultura (órgão 25) e Fundo Municipal de Cultura (órgão 79); e **(4)** ações orçamentárias (projetos/atividades) identificadas por denominação — "Hip Hop" (Mês do Hip Hop, Território/Vocacional Hip Hop, Semana do Hip Hop, Casas de Hip Hop e afins), "Capoeira" e "Fomento à Cultura da Periferia de São Paulo". O mapa regional usa as bases detalhadas por empenho (2021–2025), que trazem região e subprefeitura de cada empenho. Todos os valores foram validados contra publicações oficiais: o empenho de 2024 da SMC (R$ 972 mi) confere com o painel oficial da secretaria[2]; os totais da Função Cultura conferem com levantamentos setoriais independentes[6]; e os valores de Hip Hop 2021–2025 convergem com o levantamento do Fórum Hip Hop MSP.[4]

Notas de leitura e limitações

(i) Valores **nominais**, sem correção pela inflação — a inflação acumulada de 2017 a 2025 foi da ordem de 50%. (ii) O exercício de **2026 é parcial** (até setembro), o que explica taxas de execução menores. (iii) O "pago" de cada ano inclui **restos a pagar** de exercícios anteriores — por isso pode superar a dotação inicial. (iv) O recorte por denominação da ação (projeto/atividade) pode diferir de levantamentos por programa — no caso do Hip Hop, nosso cálculo (R$ 28,4 mi previstos / R$ 14,5 mi pagos em 2021–2025) e o do Fórum (R$ 34,63 mi / R$ 18,28 mi) apontam o mesmo padrão: cerca de metade do previsto nunca é pago. (v) A base detalhada por empenho de 2021 apresentou inconsistências de totalização e foi usada apenas para recortes qualitativos; todos os totais vêm da base consolidada. (vi) Este relatório não esgota as ações culturais de periferia — foca as rubricas explicitamente identificáveis na classificação orçamentária.

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

Referências

1. PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Fazenda; Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência. **Execução orçamentária: base de dados consolidada (Sistema SOF)**, exercícios 2003–2026. Extração: 01/10/2026. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/planejamento/w/execucao_orcamentaria. Acesso em: out. 2026.

2. PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. **Ações e programas: execução orçamentária da SMC**. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/cultura. Acesso em: out. 2026.

3. TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Sistema IRIS: despesas do município de São Paulo**. Disponível em: https://iris.tcm.sp.gov.br/despesas.html. Acesso em: out. 2026.

4. FÓRUM HIP HOP MSP. **Política municipal de Hip Hop em São Paulo (2024–2026)**. São Paulo: Fórum Hip Hop MSP, 2026. Relatório protocolado na Câmara Municipal de São Paulo (SPLEGIS, DOCREC nº 736/2026, 16 jun. 2026).

5. BRASIL DE FATO. **Após deixar de executar 23% do fomento da cultura de SP em 2025, gestão Nunes corta 97% do orçamento de 2026**. Brasil de Fato, 14 abr. 2026. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2026/04/14/ricardo-nunes-deixa-de-executar-r-37-milhoes-de-2025-e-corta-outros-r-70-milhoes-da-cultura-de-sp-em-2026/. Acesso em: out. 2026.

6. CULTURA E MERCADO. **O que nos contam os orçamentos públicos do Estado e do Município de São Paulo sobre a pauta da cultura e qual a importância da nossa mobilização política constante**. Cultura e Mercado, 29 nov. 2021. Disponível em: https://culturaemercado.com.br/o-que-nos-contam-os-orcamentos-publicos-do-estado-e-do-municipio-de-sao-paulo-sobre-a-pauta-da-cultura-e-qual-a-importancia-da-nossa-mobilizacao-politica-constante/. Acesso em: out. 2026.

7. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Informativo de Finanças e Orçamento nº 45/2026: fomentos e Fundo Municipal de Cultura de São Paulo**. São Paulo: CMSP, 2026.

8. SÃO PAULO (Município). **Decreto nº 65.010, de 13 de março de 2026**. Abre crédito adicional suplementar de R$ 77.139.373,67. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, 2026. Disponível em: https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/decreto-65010-de-13-de-marco-de-2026/consolidado. Acesso em: out. 2026.

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

Outlook

ENC: REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

De Comissão de Finanças e Orçamento <financas@saopaulo.sp.leg.br>
Data Seg, 5/10/2026 20:05
Para SGP-22 - Equipe de Controle do Proc. Legislativo <sgp22@saopaulo.sp.leg.br>

2 anexos (4 MB)
EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.pdf; Orçamento da Cultura em São Paulo 2017-2026 - Hip Hop, Capoeira e Periferias.pdf.pdf;

Boa noite, segue documento para docrecar.

Atenciosamente,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Comissão de Finanças e Orçamento
Mário Sérgio Horta - Paulo Morgado - Denis Matoszko Fortes
Equipe de Secretaria das Comissões do Processo Legislativo - SGP.12
(11) 3396 4216 (Whatsapp)/ 3396 5284 financas@saopaulo.sp.leg.br

De: Rapper Pirata <rapperpirata@gmail.com>
Enviado: segunda-feira, 5 de outubro de 2026 15:29
Para: Comissão de Finanças e Orçamento <financas@saopaulo.sp.leg.br>
Assunto: REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Presidente Vereador João Ananias e vice Major Palumbo

Nobres Membros da Comissão:

- Vereador André Santos
- Vereadora Dra. Jane Lima
- Vereadora Keit Lima
- Vereador Marcelo Messias
- Vereador Silvinho Leite
-

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

Assunto: Convocação de Audiência Pública para debate e fiscalização da execução orçamentária da gestão das políticas culturais, com ênfase no desmonte dos editais de fomento, esvaziamento do Fundo Municipal de Cultura e paralisação dos repasses para o Hip Hop, Capoeira e periferias (2017-2026).

Na qualidade de jurista especializado em políticas culturais e com base no relatório técnico de leitura cidadã do orçamento público (*Orçamento da Cultura em São Paulo 2017-2026 - Hip Hop, Capoeira e Periferias*), protocolado com base em dados oficiais do Sistema SOF (Secretaria Municipal da Fazenda/SEPLAN) e do Tribunal de Contas do Municipio de São Paulo (TCM-SP), requeiro a Vossa Excelência a realização de **Audiência Pública** no âmbito desta Comissão de Finanças e Orçamento.

I. DA JUSTIFICATIVA E DOS FATOS (O ABISMO ENTRE O PAPEL E O BOLSO)

A análise detida da execução orçamentária municipal revela um cenário de grave descompasso institucional entre as promessas legislativas aprovadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) e a efetiva entrega de recursos à ponta, em especial aos territórios periféricos e às manifestações culturais históricas da cidade de São Paulo.

- **Encolhimento Relativo da Cultura:** Embora o orçamento total pago pela Prefeitura tenha saltado de R$ 49,0 bilhões em 2017 para R$ 116,8 bilhões em 2025 (alta nominal de 138%), a participação da Função Cultura caiu de 1,07% para 0,95% do total pago, atingindo o patamar crítico de 0,72% em setembro de 2026.
- **O Apagão de 2026 e o Decreto nº 65.010/2026:** Em março de 2026, a publicação do Decreto nº 65.010/2026 promoveu o cancelamento de R$ 70,6 milhões dos R$ 72,5 milhões inicialmente previstos para o Fundo Municipal de Cultura, reduzindo a principal linha de editais da cidade (Fomento às Linguagens Artísticas) a pífios R$ 60,2 mil, o equivalente a uma aniquilação de 99,9% da dotação.
- **Hip Hop e Capoeira — A Política sem Execução:**
    - Nos programas de Hip Hop (Mês do Hip Hop e Território Hip Hop), o padrão histórico comprova que de cada R$ 100 previstos em lei entre 2021 e 2025, apenas R$ 53 foram efetivamente pagos. Em 2018 e no ano corrente de 2026, a execução financeira registrou taxa zero de pagamento, somando-se à ausência crônica de rubricas próprias para as Casas de Hip Hop.
    - A Capoeira, patrimônio cultural imaterial, acumulou seis anos consecutivos de execução zerada entre 2017 e 2022, sofrendo com dotações simbólicas e o não cumprimento de promessas estruturantes como o Museu Municipal da Capoeira.

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.

autuado por Louise Von Fruhauf Hublard em 06/10/2026 12:01:05.

- **Concentração Territorial:** Os empenhos da Secretaria Municipal de Cultura em 2025 demonstram uma assimetria regional profunda, concentrando na Subprefeitura da Sé (Centro) o montante de R$ 217,8 milhões — valor superior a toda a região Norte (R$ 134,8 mi) e quase 2,4 vezes o total destinado à região Oeste (R$ 90,7 mi).

II. DOS REQUERIMENTOS E CONVIDADOS

Diante da configuração de desrespeito institucional ao setor cultural e à própria Câmara Municipal conforme apontado por entidades representativas e órgãos de classe , requer-se:

1. **A aprovação e agendamento** da presente Audiência Pública em caráter de urgência.
2. **A convocação formal** do(a) titular da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) para prestar esclarecimentos pormenorizados acerca da não execução dos R$ 37,1 milhões em fomentos no exercício de 2025 e os impactos do Decreto nº 65.010/2026.
3. **O convite aos representantes** do Fórum Hip Hop MSP, do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo (Sated-SP), Forum da Capoeira MSP e demais coletivos de capoeira e cultura periférica.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

São Paulo, 5 de outubro de 2026.

Forum Hip Hop MSP

Rapper Pirata

11 982162160

https://www.forumhiphopmsp.com.br

Eventuais dados pessoais constantes do presente e-mail, ou de documento anexo ao presente, são **encaminhados para a única finalidade ou finalidades neles indicadas**, sendo de responsabilidade desse destinatário limitar-se ao tratamento de tais dados pessoais em conformidade com a **Lei nº 13.709/2018 (LGPD)**, especialmente quanto à necessidade de **proteção dos dados pessoais**, de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, compartilhamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, sob pena da responsabilização cabível. Ainda, o conteúdo deste e-mail é confidencial e destinado exclusivamente ao destinatário especificado apenas na mensagem. **Se você recebeu o presente e-mail por engano, solicita-se que responda a esta mensagem e proceda à sua imediata exclusão**, para que se evite nova ocorrência de tal equívoco.

Evite imprimir este e-mail e seus anexos. Colabore com o meio ambiente.

Matéria DOCREC 1223/2026. Documento digitalizado e autenticado por LOUISE VON FRUHAUF HUBLARD. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768128.